

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RAFAEL GERMANN HENDLER

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: UMA ANÁLISE DA
VISÃO DOS CONTADORES SOBRE OS BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO
SPED.**

CRICIÚMA

2014

RAFAEL GERMAN HENDLER

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: UMA ANÁLISE DA
VISÃO DOS CONTADORES EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA
IMPLANTAÇÃO DO SPED.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

CRICIÚMA

2014

RAFAEL GERMANN HENDLER

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: UMA ANÁLISE DA
VISÃO DOS CONTADORES EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA
IMPLANTAÇÃO DO SPED.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 17 de Novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Everton Perin – Especialista – Orientador

Prof. Roberta Martins – Especialista - Examinadora

Dedico este trabalho àqueles que sempre me inspiraram: meus pais Dirceu e Geneci e minha irmã Ketlyn.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte da minha trajetória até o presente momento.

A minha família, meus pais Dirceu e Geneci, por tudo o que me ensinaram e me proporcionaram ao longo da vida, pelo incentivo, apoio e carinho, meus exemplos; a minha irmã Ketlyn, fonte de carinho e amizade verdadeira.

A minha família, aos que sempre estiveram próximos. Em especial aos padrinhos Ilário e Irene.

Aos meus amigos, os que fiz ao longo de toda a vida, pelas cidades que passei, sinto falta de todos que estão distantes, mas nunca ausentes!

Aos colegas da universidade, que caminharam nesta jornada ao meu lado. Especialmente pela amizade, Ana Paula e Myrna, levo vocês comigo.

Aos colegas de trabalho, Luiz e Valdir, por ajudar com minhas dúvidas e dividir o seus conhecimentos.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis da Unesc. Por todo conhecimento e experiência compartilhada.

Ao meu orientador Everton Perin, pela atenção, amizade e a paciência em sanar minhas dúvidas.

A todas as outras pessoas que não foram mencionadas nos agradecimentos, porém participaram da minha vida de alguma forma.

Muito obrigado!

“O futuro não está absolutamente predeterminado como alguma coisa secretamente codificada no livro maior do destino, que deveríamos tratar de decodificar. Contudo também não é um acontecimento fortuito largado ao azar e que obedece a fatores fora de nosso controle. Muito ao contrário, o futuro emergirá como resultado da ação do homem, como uma construção humana.”

Peccei

RESUMO

HENDLER, Rafael Germann. **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Uma análise da visão dos contadores em relação aos benefícios da implantação do SPED**. 2014. 42 f. Orientador: Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Cada vez se torna mais importante a utilização da informação, a tecnologia em tempo real, isso tem evoluído bastante, beneficiando diversos setores, inclusive a Contabilidade. Dentro desse contexto, em 2007 foi anunciado no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que basicamente visa agilizar os processos e reduzir custos. Essa pesquisa tem como objetivo verificar a opinião dos contadores dos escritórios da região sul de Santa Catarina sobre os benefícios pretendidos pelo SPED. Para chegar ao resultado final, foram utilizados dois meios de investigação: a pesquisa bibliográfica em artigos científicos, legislações e livros e aplicação de questionário, contendo em sua maioria questões qualitativas, aplicados em 5 organizações contábeis, de diferentes portes. Os resultados demonstram que na grande maioria, os contadores reconhecem de forma positiva os benefícios pretendidos pelo SPED, mas acreditam que ainda falta tempo para que as empresas obtenham os benefícios de uma forma total. Conclui-se também que, em geral, os contadores acham que o sistema impacta positivamente nas empresas e que todos os benefícios pretendidos devem ser alcançados.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Informatização. Benefícios.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sistema ERP.....	16
Figura 2 – Monitoramento do Fisco.....	18
Figura 3 – Forma de escrituração antes da ECD	25
Figura 4 – Forma de escrituração depois da ECD	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da Contabilidade.....	15
Quadro 2 – Resumo com tipos de certificado.....	21
Quadro 3 – Quais as dificuldades encontradas da implantação do SPED	33
Quadro 4 – Quando a uniformização das informações	34
Quadro 5 - Quanto a redução dos custos administrativos e obrigações acessórias	34
Quadro 6 – Quanto a redução dos custos com impressão e armazenamento.....	35
Quadro 7 – Quanto au aumento da produtividade da auditoria.....	36
Quadro 8 – Quanto ao combate a sonegação.....	36
Quadro 9 - Quanto a redução do “Custo Brasil”	37
Quadro 10 - Quanto ao futuro do SPED.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos Municípios.....	32
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FCONT	Controle Fiscal Contábil De Transição
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RFB	Receita Federal do Brasil
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SIGU	Sistemas Integrados de Gestão
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	13
2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.....	17
2.3.1 Objetivos	20
2.4 CERTIFICADO DIGITAL	21
2.6 <i>ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL</i>	23
2.7 <i>ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL</i>	24
2.8 CONHEICMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO	27
2.9 NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.....	28
2.10 EFD – CONTRIBUIÇÕES	28
2.11 <i>E-SOCIAL</i>	29
2.12 CONTROLE FISCAL CONTÁBIL DE TRANSIÇÃO	31
2.13 EFD - IRPJ	32
2.14 CENTRAL DE BALANÇOS	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO.....	34
3.2 QUANTO À ABORDAGEM E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS	35
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISES DE DADOS	36
4 DESCRIÇÃO DOS DADOS	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA MESOREGIÃO SUL	38
4.2 COLETA DE DADOS	38
4.2.1 Resultado da pesquisa	39
4.2.1.1 Dificuldade de implantação	39
4.2.1.2 Benefícios da implantação do SPED.....	40
4.3 ANÁLISE DA PESQUISA	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo explanam-se o tema sobre o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, bem como o problema de pesquisa, seus objetivos geral e específicos. E, por fim, expõe-se a justificativa do assunto abordado, onde se evidencia a importância deste estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Diante dos avanços tecnológicos e a velocidade das informações, houve a necessidade de um melhor controle e fiscalização, para que se pudesse ter maior confiabilidade nas operações realizadas pelas sociedades empresárias.

Contudo, apesar destes avanços as empresas continuavam sem uma fiscalização mais abrangente que evitasse crimes contra a ordem tributária, facilitando distorções das informações declaradas. Essas práticas de sonegação têm origem da parte administrativa da empresa, visando reduzir sua carga tributária.

Com este cenário de pouca credibilidade das empresas para com o fisco, é que se fez necessário o surgimento de um método inovador de fiscalização que viesse a combater a fragilidade do sistema tributário nacional e em conjunto reduzir custos, criou-se o Sistema de Escrituração Fiscal Digital – SPED. Para melhor entender o conceito de SPED deve-se perceber que este instrumento surge para unificar operações de recepção, validação, armazenamento e autenticação das atividades fiscais e contábeis, de forma única e computadorizada das informações. Além de reduzir custos e aprimorar o combate a sonegação, também busca uniformização das informações e agilizar os processos.

Desta forma o meio empresarial e os contadores vem se adaptando a esta nova forma de controle da informação, corrigindo suas práticas e atualizando seus métodos para se adequar e se estabilizar neste novo contexto para colher os benefícios. É deste modo que surge o seguinte questionamento: Como os contadores da região sul de Santa Catarina avaliam os benefícios da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED?

1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar os benefícios propostos na implantação do SPED, na visão dos contadores sobre os benefícios.

Desta maneira, para alcançar o objetivo geral, deve-se considerar os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar o SPED e seus principais subprojetos.
- Evidenciar os benefícios pretendidos com o SPED.
- Relatar o entendimento dos benefícios do SPED, dos contadores entrevistados na pesquisa de campo realizada.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o passar dos anos o meio contábil teve que se adaptar as inúmeras mudanças ocorridas, devida a informatização global. Pois o crescimento econômico gerou maiores exigências por conta da aproximação e facilidade de transações entre empresas de todo o mundo.

As empresas e contadores começam a se adaptar dentro do novo Sistema Público de Escrituração Digital - o SPED, pois vão perdendo o receio e compreendendo os benefícios que podem ser gerados com as inovações tecnológicas.

Neste contexto percebe-se o quanto é necessário à informatização da contabilidade e um bom controle gerencial a fim de tapar as lacunas deixadas pela contabilidade informal. Com a implantação do SPED, a contabilidade e os contribuintes passam a ter uma mudança na visão geral, buscando um melhor comportamento perante o que se refere à preocupação de estar em conformidade com as exigências do fisco, além da possibilidade de reduzir custos e trocar informações de modo mais ágil e simples.

Por tanto, a produção elaborada visa divulgar a importância e a aplicação do SPED e os benefícios ocasionados em sua implantação empresarial. Pretende também contribuir e auxiliar direta ou indiretamente para estudos, pesquisas e mudanças de conceitos pré-estabelecidos. Tendo intenção de fixar conhecimentos e expandir os conceitos abordados neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, será considerada a fundamentação teórica relacionada ao tema pesquisado, sendo abordados argumentos importantes para o seu desenvolvimento. A fundamentação será elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, endereços eletrônicos, artigos entre outros.

Abordar-se-á conceitos sobre o Sistema Público de Escrituração Digital, explicando sobre seus objetivos. Também será apresentada a evolução da contabilidade ligada a informatização, os deveres da empresa em relação às informações devidas ao fisco e a eficácia dos benefícios do SPED.

2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, estando ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse. Existem diversos registros que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis. Naquele tempo, era feita através de riscos e figuras o controle dos objetos e suas respectivas quantidades.

O homem já tinha preocupação com os registros, conforme Lopes de Sá (2002, p. 23),

há mais de 6000 anos o comércio já era intenso, o controle religioso sobre o Estado já era grande e poderoso, daí derivando grande quantidade de fatos a registrar, ensejando, também, o desenvolvimento da escrita contábil.

Ainda no contexto da antiguidade, Ludícibus e Marion (2002) afirmam que o desenvolvimento da Contabilidade foi muito lento ao longo dos séculos. Chamam a primeira etapa de fase empírica da Contabilidade, durante a qual foram utilizados desenhos, figuras e imagens para identificar o patrimônio.

A contabilidade foi se desenvolvendo lentamente, contemporaneamente a evolução da sociedade, somente por volta do século XV começou a atingir um desenvolvimento notório, despertando como ciência.

Para Lugo (2000) “A evolução da Contabilidade, por meio de seus registros, passou do osso para a argila, da argila para o papiro e do papiro para os grandes livros, e isso facilitou o avanço técnico dos registros.”

O grande marco para este período foi a primeira literatura contábil com relevância, publicada pelo Frei Luca Pacioli, em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 39),

[...] o livro escrito por Pacioli era intitulado “Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá”. Apareceu em Veneza em 1494, apenas dois anos após a chegada de Colombo à América, e somente alguns anos após o surgimento das primeiras prensas em Veneza, o que indica a importância de sua obra. A Summa era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, denominada *Particularis de Computis et Scripturis*. Esta seção foi o primeiro material publicado que descrevia o sistema de partidas dobradas, e apresentava o raciocínio em que se baseavam os lançamentos contábeis [...].

A obra de Pacioli despertou uma onda de publicações na literatura contábil em diversos países, com isso a ciência da contabilidade foi adquirindo importância econômica-social tornando-se um dos principais instrumentos da evolução humana.

Podemos dividir a evolução da contabilidade em quatro períodos, cada período é marcado por suas características ou obra literária, o que não é diferente com a contabilidade, conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1: Evolução da Contabilidade

Período	Características
Contabilidade do Mundo Antigo	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Líber Abaci, da autoria Leonardo Fibonaci, o Pisano.
Contabilidade do Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Contabilidade do Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra “La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”, da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Contabilidade do Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: Contabilidade Básica (Lima, 2006)

A evolução da contabilidade sempre teve ligação com a sociedade e suas características da época, do empirismo à revolução da tecnologia da informação e com certeza continuará neste processo a serviço da sociedade.

2.2 CONTABILIDADE E OS SISTEMAS INFORMATIZADOS

Os avanços tecnológicos das últimas décadas geraram mudanças significativas nos procedimentos contábeis, transformando a escrituração manual em mecânica e atualmente em eletrônica.

Segundo Oliveira e Vasconcelos (2005, p.69),

com o advento da informática a Contabilidade das grandes empresas tomou um direcionamento diferente da Contabilidade de décadas atrás. O contador, agora, tem a responsabilidade e o compromisso de fazer com que sua profissão seja vista pela sociedade e pelos grandes empresários de forma diferenciada. Além da mudança cultural, a contabilidade necessitava de uma mudança nos meios como era executada; precisava, cada vez mais,

operacionalizar as suas atividades e, para isso, o contador precisava estar atualizado com as ferramentas tecnológicas existentes no mercado.

A ciência contábil traduz-se naturalmente dentro de um sistema de informação. Poderá ser arguido, de vício de linguagem, fazer um sistema de informação com a ciência contábil, já que a própria contabilidade surgiu sobre a arquitetura de sistema informacional. (PADOVEZE, 2004, p. 55)

Necessitando cada vez mais da integração dos dados, surgiu o ERP (*Enterprise Resource Planning*) ou SIGE (Sistemas Integrados de Gestão, no Brasil), um sistema que armazena os dados através de *softwares* e os integram.

De acordo com Cesar Alexandre Souza (2003, p.63) o ERP é “O software integrado é parte de uma tecnologia com recursos de informática que registra e processa cada evento empresarial oriundo das funções empresariais básicas, por um único input ou entrada para processamento”.

Figura 1: Sistema ERP



Fonte: <http://revolutionary-technologies.com/blog/wp-content/uploads/2011/02/erp1-1.jpg>

Com sistemas cada vez mais sofisticados aumenta também o controle sobre as informações, diminuindo o risco de fraudes e melhorando o controle dos órgãos fiscalizadores.

Para DUARTE (2009, p.16): “A informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa, não toma decisões nem cria oportunidades. Para que ela tenha valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese”.

Apesar de toda essa evolução dos sistemas integrados a informação contábil não pode perder as suas características bem como: Confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

As inovações tecnológicas, as mudanças aceleradas do mundo globalizado e a necessidade de implantação de novos processos fizeram com que o fisco sentisse a necessidade juntamente com as empresas de seguir os avanços e assim aumentar a integração e compartilhamento das informações.

Em 2007, o Governo Federal anunciou no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que tem como objetivo promover a aceleração do crescimento econômico no país, e apresentou o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Por meio do Decreto nº 6.022 de 22.01.2007 instituiu o SPED, o definindo como:

instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

O SPED veio para desenvolver uma nova relação entre contribuinte e fisco “[...] é um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações das empresas em formato eletrônico, ou seja, a vigilância em tempo real por parte do fisco”. (DUARTE, 2008, p. 28)

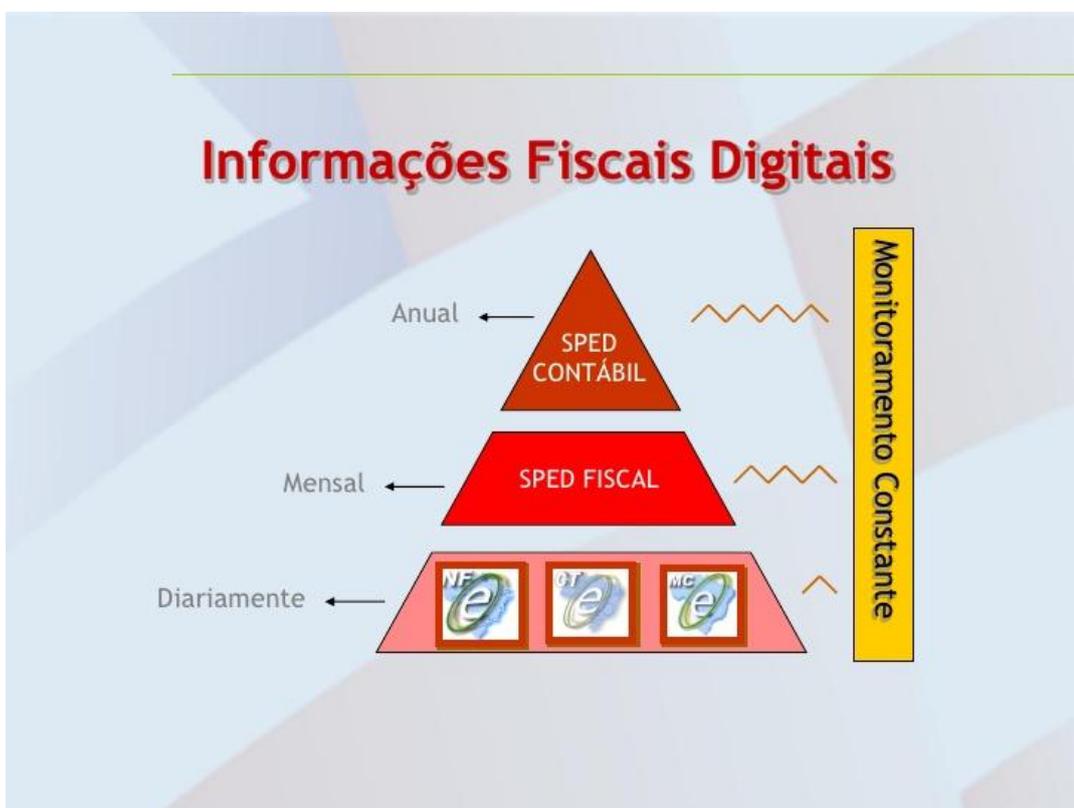
De acordo com Momm (2008, p.5), o Sped tem como objetivos:

- Promover atuação integrada dos fiscos: com o compartilhamento da informação, facilitando o acesso das informações entre os diversos órgãos envolvidos no projeto. Com a implantação do Sped, respeitadas as restrições constitucionais e legais, esses órgão serão os donos da informação;

- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes: o Sped propiciará a entrega única do que hoje é feito em várias obrigações acessórias;
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários: possibilidade de cruzamento das informações entregue pelos contribuintes.

O acesso simplificado a informação, com a possibilidade de vigilância em tempo real, permite um melhor monitoramento dos contribuintes, conforme figura 2.

Figura 2 – Monitoramento do Fisco



Fonte: Roberto Dias Duarte

O SPED é composto por diversos subprojetos, por conta de seu tamanho e complexidade. São eles:

- a) Escrituração Contábil Digital
- b) Escrituração Fiscal Digital
- c) Nota Fiscal Eletrônica

- d) Conhecimento de Transporte Eletrônico
- e) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
- f) EFD – Contribuições
- g) E-Social
- h) FCONT
- i) EFD – IRPJ
- j) Central de balanços

Dentre estes subprojetos, Momm (2008. Pg. 06) cita como principais:

- Escrituração Contábil Digital (Sped Contábil): Visa à substituição da emissão de livros contábeis, diário e razão, e seus auxiliares, se houver, em papel, pela sua existência apenas em meio digital, bem como do livro Balancete Diário, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos;
- Escrituração Fiscal Digital – EFD (Sped Fiscal): Visa à substituição da emissão de livros fiscais em papel pela sua existência apenas em meio digital;
- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): O projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi implantado em 2006 para empresas participantes do Projeto Piloto em cinco Estados brasileiros, tendo como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico de existência apenas digital, que venha substituir a sistemática atual de emissão de documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Com a concretização destes subprojetos o governo alcançará seus objetivos de controle, sendo capaz de obter informações que antes nunca puderam ser analisadas com tanta exatidão.

2.3.1 Objetivos

O SPED tem como objetivo possibilitar os seguintes benefícios:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do "Custo Brasil";
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Se o SPED conseguir colher todos estes dados, conseguirá o espaço para a redução da carga tributária, devido a esperada redução da sonegação, criando ainda as condições para uma melhor contabilidade com fins gerenciais.

2.4 CERTIFICADO DIGITAL

Para cada documento fiscal se faz necessário uma validação jurídica dos contribuintes, um mecanismo de segurança que garanta a confiabilidade, integridade e autenticação das informações.

A RFB define o certificado digital como: “Um arquivo eletrônico que identifica quem é seu titular, pessoa física ou jurídica, ou seja, é um Documento Eletrônico de Identificação.”

O certificado digital é um documento eletrônico, que garante privacidade, integridade e autenticidade, assinado digitalmente por uma terceira pessoa, na qual faz uma associação entre uma entidade e uma chave pública. (YOUNG, 2009)

Há 3 (três) tipos de certificado, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2: Resumo com tipos de certificado

Descrição	Sped Fiscal (EFD)	Sped Contábil (ECD)	Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
Tipo do Certificado	e-CNPJ, e-CPF, e-PJ	e-CPF	e-CNPJ, e-PJ (e-NFe)
Forma de armazenamento	A1 (computador) ou A3 (token ou cartão)	A3 (token ou cartão)	A1 (computador) ou A3 (token ou cartão)
Quem assina	Representante legal ou procuradores	Contabilista e representantes da empresa perante à Junta Comercial	Pessoa Jurídica emissora do documento fiscal

Fonte: Portal do SPED

As informações presentes no certificado digital são:

- Sua chave pública (nome e endereço de e-mail);
- Validade da chave pública;
- Nome da empresa que emitiu seu certificado digital;
- O número de série do certificado digital;
- Assinatura digital da AC, que é a empresa que emite em certificado digital.

O certificado digital é a garantia de segurança e autenticidade dos dados transmitidos por meio eletrônico.

2.5 NOTA FISCAL ELETRONICA

A nota fiscal eletrônica – NF-e surgiu com o preceito de unificar os modelos de notas fiscais emitidas em todo território nacional, trocando as notas em papel por notas de modelo digital, documentando que, para fins fiscais, operações de circulação de mercadorias ou de prestação de serviços.

Segundo a RFB, a NF-e como por objetivos:

- O projeto Nota Fiscal Eletrônica justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando:
- Melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições;
- Fortalecimento do controle e da fiscalização;
- Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições;
- Fortalecimento do controle e da fiscalização;
- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal; 30
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;

- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

O manual NF-e (2010) define a nota fiscal eletrônica como sendo um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o objetivo de documentar as operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica em todo o país é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela SEFAZ de cada estado.

Segundo Pereira, Locks, Matos e Costa (2008):

a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem como objetivo implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir gradativamente o modelo atual que é feito com a emissão de papel. Busca-se a simplificação dos processos relacionados às obrigações acessórias, possibilitando o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo fisco.

Portanto, entende-se que a nota fiscal eletrônica tem como grande objetivo a facilidade nos processos fiscais, pela facilidade de emissão, importação e fiscalização.

2.6 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

A Escrituração Fiscal Digital – EFD torna todos os dados contábeis digitais, reduzindo assim custos com armazenamento e impressão dos livros e também proporcionando ao Fisco maior controle da movimentação dos contribuintes.

Segundo Duarte (2009, p. 274), a EFD é:

um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações e documentos fiscais e de outras informações de interesses dos fiscos e unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via internet, ao ambiente SPED.

Destaque-se ainda que a EFD irá substituir os livros de:

- Registro de entrada

- Registro de saídas
- Registro de inventário
- Registro de apuração do IPI
- Registro de apuração do ICMS

Segundo Convênio ICMS 143/06:

os contribuintes de que trata cláusula terceira ficam obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD) a partir de 1º de janeiro de 2009, sendo facultada a cada uma das unidades federadas, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, estabelecer esta obrigação para determinados contribuintes durante o exercício de 2008. A cláusula terceira deste convênio observa que “A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

Com a implantação do SPED, as empresas deixarão de enviar essas obrigações e passarão a enviá-las por meio digital. Segundo a Receita Federal do Brasil (2014) o SPED tem como objetivos:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais; respeitadas as restrições legais;
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Esta ferramenta é de uso simples gerando a informação da empresa para a Secretaria do Estado da Fazenda e logo após os dados chegam para a Receita Federal.

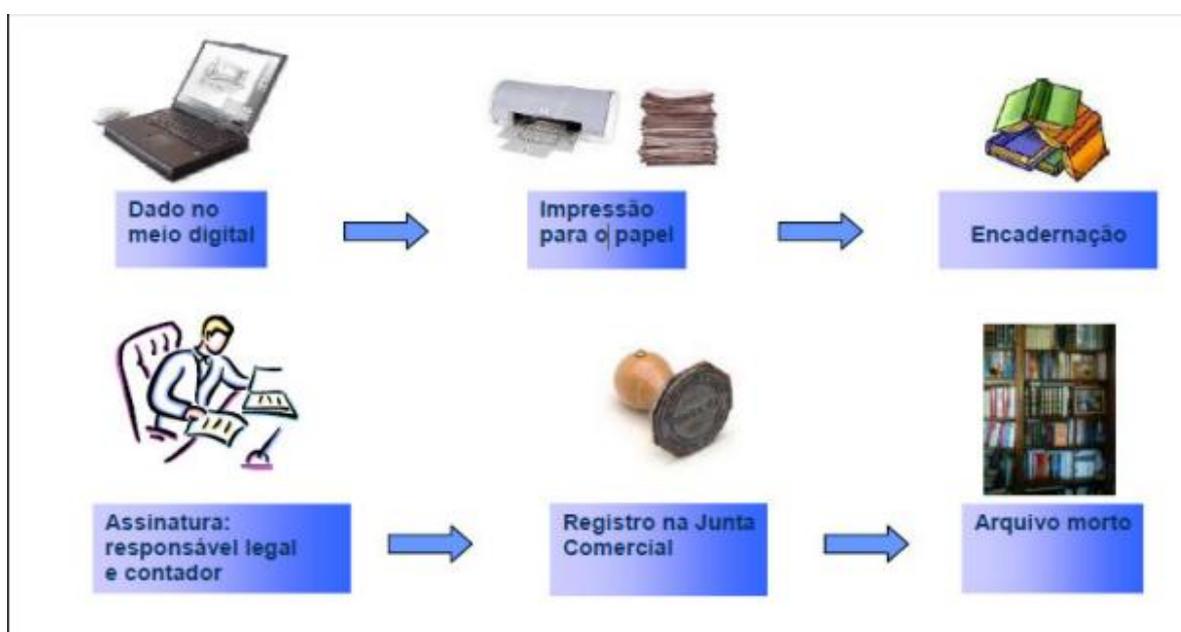
2.7 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

A escrituração Contábil Digital – ECD ou SPED Contábil é a geração de livros contábeis em formato digital que foi instituída pela instrução normativa RFB 787/2007.

De acordo com Duarte (2009, p.107), “a Escrituração Contábil Digital é o pilar contábil do SPED. Simplificadamente pode-se entender a ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com layout padrão, e assinado com certificado digital”.

Antes da ECD, se utilizava o sistema de Escrituração mercantil, no qual ao fim do processo gerava grande volume de papéis que ocupavam espaço em um arquivo físico, conforme mostra figura 3.

Figura 3: Forma de escrituração antes da ECD



Fonte: FOLHAMATIC

Com o SPED o processo passou a não emitir papel, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB nº 787/07. Este arquivo é submetido ao Programa Validador e Assinador – PVA, fornecido pelo SPED, o contribuinte faz o download do PVA e do Receitanet e o envia por meio da internet. (RFB, 2014).

Nesse arquivo devem constar os seguintes livros:

- Diário Geral;
- Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar);
- Diário Auxiliar;
- Razão Auxiliar;

- Livro de Balancetes Diários e Balanços.

Segundo Azevedo e Mariano (2010, p. 300),

a ECD por sua vez veio manter a escrituração contábil eletrônica da forma como atualmente já vem sendo feito pela sociedade empresária e acrescenta agora a grande novidade da obrigatoriedade de simplesmente enviar essa escrituração contábil eletrônica para a Receita Federal do Brasil.

Figura 4: Forma de escrituração depois da ECD



Fonte: FOLHAMATIC

Portanto, a EFD se torna de extrema importância para a eficácia da informação contábil que será gerada e transmitida ao fisco. Substitui os livros contábeis registrados em órgão competente e passa a ser entregue de forma digital. O diário e o razão são para a SPED contábil um livro digital único, conforme resolução CFC 1299/10.

A penalidade por atraso de entrega da ECD é de R\$ 5.000,00, por mês de atraso ou fração de mês, sendo que a notificação não é automática, tendo que o contribuinte aguardar a emissão da notificação pela Receita Federal, existindo ainda

a possibilidade de redução do valor, nos casos de pagamento dentro do prazo previsto na notificação. (RFB, 2014).

2.8 CONHEICMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO

O projeto do Conhecimento de Transporte eletrônico - CT-e tem por objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão de documentos fiscais em papel, *modelos 7, 8, 9, 10, 11 e 27*.

O conceito adotado trata o Conhecimento de Transporte Eletrônico como um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar prestações de serviço de transporte de cargas, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso.

Os principais benefícios com a CT-e são:

- Redução de custos de impressão;
- Redução de custos de aquisição de papel;
- Redução de custos de envio do documento fiscal;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
- Aumento na confiabilidade do documento fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle dos conhecimentos de transporte capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;

Para acobertar a prestação de serviço será impressa uma representação gráfica do Conhecimento de Transporte Eletrônico, intitulado DACTE (Documento Auxiliar do CT-e), em papel comum. Conterá impressa, em destaque, a chave de acesso para consulta do CT-e na Internet e um código de barras unidimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações do CT-e pelos Postos Fiscais de Fronteira dos demais Estados.

2.9 NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é feita, automaticamente, por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes. Para que sua geração seja efetuada, dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o documento. A responsabilidade pelo cumprimento da obrigação acessória de emissão da NFS-e e pelo correto fornecimento dos dados à secretaria, para a geração da mesma, é do contribuinte.

Esse projeto visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel.

2.10 EFD – CONTRIBUIÇÕES

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

Sujeitam-se à obrigatoriedade de geração de arquivo da EFD Contribuições as pessoas jurídicas de direito privado em geral e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, que apuram:

- Contribuição para o PIS/Pasep;

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e;
- Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita (artigos 7º a 9º da Lei 12.546/2011).

O programa gerador de escrituração possibilitará:

- Importar o arquivo com o leiaute da EFD-Contribuições definido pela RFB;
- Criar uma nova escrituração, mediante digitação completa dos dados;
- Validar o conteúdo da escrituração e indicar dos erros e avisos;
- Editar via digitação os registros criados ou importados;
- Emissão de relatórios da escrituração;
- Geração do arquivo da EFD-Contribuições para assinatura e transmissão ao Sped;
- Assinar do arquivo gerado por certificado digital;
- Comandar a transmissão do arquivo ao Sped.

A periodicidade de apresentação da EFD-Contribuições é mensal, devendo ser transmitido o arquivo, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração.

2.11 E-SOCIAL

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, também conhecido como e-Social (originariamente chamado de EFD Social ou Sped Social), é o canal que levará das empresas as informações da área trabalhista e previdenciária da para os órgãos fiscalizadores, assim como as outras partes que compõe o SPED.

As informações que farão parte da EFD-Social são:

- Eventos trabalhistas – informações resultantes da relação jurídica entre o empregado e o empregador, como as admissões, afastamentos temporários, comunicações de aviso prévio, comunicação de acidente de trabalho, entre outros.
- Folha de pagamento;
- Ações judiciais trabalhistas;
- Retenções de contribuição previdenciária;
- Algumas contribuições previdenciárias substituídas como as incidentes sobre a comercialização da produção rural, espetáculos desportivos, cooperativas de trabalho, prestação de serviços com cessão de mão de obra, patrocínios a associações desportivas que mantenham equipes de futebol profissional, etc. (RECEITA FEDERAL, 2014)

A EFD-Social atenderá as necessidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a Justiça do Trabalho, em especial no módulo relativo ao tratamento das Ações Reclamatórias Trabalhistas.

Os principais objetivos com o e-Social, entre outros:

- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única para informações atualmente exigidas por meio de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Reduzir o custo de produção, controle e disponibilização das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- Compartilhamento de um único banco de dados entre os órgãos intervenientes, com informações integradas e atualizadas sobre o universo relativo aos vínculos do trabalho, respeitadas as prerrogativas e restrições legalmente impostas.

- Melhorar a distribuição da carga tributária sobre os contribuintes pelo vigoroso combate à sonegação, tornando mais célere a identificação de ilícitos trabalhistas, previdenciários e tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.
- Reduzir as fraudes na concessão de benefícios previdenciários e no seguro desemprego pela implementação de métodos seguros de transmissão e cruzamento de informações.
- Ampliar a base de arrecadação dos tributos incidentes sobre a remuneração, sem aumentar a carga tributária. Reduzir a informalidade na relação de emprego.

O EFD-Social deve começar a ser implantado nas empresas no início de 2015.

2.12 CONTROLE FISCAL CONTÁBIL DE TRANSIÇÃO

O Controle Fiscal Contábil de Transição - FCONT veio substituir a RTT – Regime Tributário de Transição que garantia a neutralidade tributária durante o período de adaptação das empresas brasileiras ao padrão contábil internacional.

Conforme Azevedo e Mariano (2010):

O FCONT é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária em 31 de dezembro de 2007. Objetiva eliminar os efeitos contábeis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 para a pessoa jurídica optante pelo RTT – Regime de Tributário de Transição (IN RFB – 949/2009).

O programa FCONT intermediará a apresentação dos dados referentes a informações que consistem em lançamentos referentes aos fatos contábeis que sofrem de tratamento tributário diferenciado, sendo eles:

I - lançamentos realizados na escrituração contábil para fins societários, que devem ser expurgados; e

II - lançamentos considerando os métodos e critérios contábeis aplicáveis para fins tributários, que devem ser inseridos.

2.13 EFD - IRPJ

Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica – EFD IRPJ, também conhecido como e-Lalur tem como objetivo acabar com as informações geradas de forma redundante nas informações contábeis, vem para facilitar o cumprimento e entrega da obrigação acessória que é de informar apuração extracontábil do lucro real que está sujeito à tributação para o imposto de renda referente a cada período de apuração que contém elementos que podem afetar o resultado de apurações futuras. (RECEITA FEDERAL, 2014)

Os autores Veltre Missagia (2011, p. 158) explicam sobre o LALUR “O decreto lei nº 1.598/1977 criou o LALUR para que nele se lance o ajuste do lucro líquido do período base e transcreva-se a demonstração do lucro real”.

O E-LALUR nada mais é que a escrituração digital do LALUR tem a mesma finalidade dos outros projetos SPED gerar informação eficaz e precisa ao fisco. Baseado nisso, o autor Duarte (2009, p. 128) define que,

o e-lalur (Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real, um dos projetos SPED) importará dados da escrituração contábil digital e montará um ‘rascunho’ correspondente a várias das fichas hoje existentes na DIPJ- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

Entende-se desta forma que o E-LALUR surge juntamente com os demais projetos SPED, para facilitar a fiscalização das entidades públicas que agora podem cruzar informações que antes poderiam ser ocultadas pelos contribuintes.

2.14 CENTRAL DE BALANÇOS

A Central de Balanços é mais um projeto que faz parte do SPED e tem como objetivo de reunir em único lugar informações econômico-financeira de todas as empresas envolvidas no projeto,

As informações coletadas serão mantidas em um repositório e publicadas em diversos níveis de agregação. Esses dados serão utilizados para geração de estatísticas, análises nacionais e internacionais (por setor econômico, forma jurídica e porte das empresas), análises de risco creditício e estudos econômicos, contábeis e financeiros, dentre outros usos. (RFB,2014)

Em termos de obrigatoriedade, a central de balanços tem como objetivo a captação de dados contábeis e financeiros, a agregação desses dados e a disponibilização em ambiente digital aos órgãos competentes de fiscalização.

Ainda em fase de estruturação não tem previsão de lançamento pela Receita Federal.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia científica é um esclarecimento detalhado, rigoroso e exato que envolve todo o processo para a realização do trabalho acadêmico. Esta metodologia apresenta os tipos de pesquisas que serão desenvolvidos para obter os elementos a serem estudados.

O estudo metodológico será realizado por meio de pesquisas bibliográficas, que abrangem os livros, artigos, sites especializados, entre outros.

A pesquisa científica realizar-se-á quanto à natureza que será aplicada, quanto à forma de abordagem sendo qualitativa, quanto aos objetivos será descritiva e explicativa, quanto aos procedimentos técnicos será bibliográfica, documental, experimental e de pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO

A pesquisa aplicada tem a função de analisar e avaliar a teoria que será desenvolvida pelo estudo. Serve também para comprovar a veracidade das doutrinas estudadas.

De acordo com Gil (2006, p. 43), no que se refere à pesquisa aplicada:

a pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece de contato com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial. De modo geral é este o tipo de pesquisa a que mais se dedicam os psicólogos, sociólogos, economistas, assistentes sociais e outros pesquisadores sociais.

Contudo, percebe-se que na pesquisa aplicada há a necessidade de buscar o conhecimento tornando-o útil.

Os autores Cervo e Bervian (2002, p. 65), afirmam que “[...] na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”.

Com a pesquisa aplicada é possível encontrar e resolver problemas com uma aplicação imediata.

Baseado nesta situação os autores Souza, Fialho, e Otani (2007, p. 38) comentam que a pesquisa aplicada,

Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais, tendo como propósito resolver um problema específico, que provavelmente resultará em um produto diretamente aplicado, buscando atender demandas sociais.

Desta forma é possível perceber o fundamento da pesquisa aplicada, sua aplicação eficaz e sua utilidade na utilização da metodologia científica.

3.2 QUANTO À ABORDAGEM E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS

A Presente pesquisa visa verificar a opinião dos contadores do sul de Santa Catarina em relação aos benefícios na implantação do SPED. Para chegar ao resultado final, utilizou-se como procedimento a pesquisa qualitativa.

Segundo Vieira (2009. P. 5) :

Na pesquisa Qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas mantendo neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes.

Richardson (1999, p. 82) afirma ainda que “[...] as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”.

Os dados coletados serão utilizados para elaboração de um levantamento, com relação aos benefícios que foram apontados como principais com a implantação do Sistema Público das Escriturações Contábeis.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) estabelecem as características da pesquisa qualitativa, são elas:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e

o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Desse modo acredita-se que a realidade pode ser mais bem descrita por meio de um entendimento mais sistêmico das relações existente entre as variáveis, proporcionando assim uma maior validade a pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISES DE DADOS

A fim de adquirir os conhecimentos necessários para a análise proposta pelo estudo foi necessária a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é um meio de pesquisa que vem agregar e trazer maior conhecimento. Sendo esta uma excelente forma de comprovar e argumentar os fatos estudados. É em pesquisas bibliográficas que se encontram dados fundamentais para a pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66) trata-se,

[...] do levantamento, seleção e documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisados em livros, enciclopédias, revistas, jornais, folhetos, boletins, monografias, teses, dissertações e material cartográfico.

Percebe-se que é por meio da pesquisa bibliográfica que se busca comprovar os dados analisados. Cervo e Bervian (2002, p. 65) relatam que,

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referencias teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema o problema.

Baseados nestes conceitos referentes à pesquisa bibliográfica o autor Gil (2008, p. 65) aborda sobre este método de pesquisa, onde diz que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase

todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Percebe-se que a pesquisa bibliográfica é necessária para a comprovação dos fatos apresentados. É com estas fontes bibliográficas que os dados apresentados tornam-se concretos.

4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Apresentar-se neste tópico a caracterização dos Municípios que compõem a Mesoregião Sul de Santa Catarina, os critérios da realização da pesquisa, e os resultados apurados e a análise pertinente.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA MESOREGIÃO SUL

A mesoregião sul de Santa Catarina conta com 46 (quarenta e seis) municípios, que se encontram dentro de 3 (três) microrregiões, sendo elas: Araranguá, Criciúma e Tubarão.

A população é formada por maioria descendentes de italianos, apesar de ser resultado de diversas etnias, os imigrantes chegaram à região entre os anos de 1877 a 1895.

Devido ao elevado número de municípios, optou-se por delimitar a entrevista nesta região, contando com escritórios de 4 (quatro) cidades, conforme tabela 1 que demonstra algumas características a título de informação.

Tabela 1 – Características dos Municípios

Município	Fundação	Área km²	População
Araranguá	1880	303,91	62.308
Criciúma	1880	235,628	202.395
Santa Rosa do Sul	1988	164,4	8.261
Nova Veneza	1891	294	14.285

Fonte: IBGE (2010) adaptado pelo autor.

4.2 COLETA DE DADOS

A escolha por esta pesquisa deu-se pela necessidade de conhecer melhor o Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED. Também, para averiguar se seus objetivos e benefícios estão se concretizando na visão dos contadores.

A coleta de dados foi aplicada em forma de entrevista, sendo aplicada em 5 (cinco) escritórios de contabilidade de 4 (quatro) municípios diferentes, os escritórios entrevistados também diferem no seu tamanho.

4.2.1 Resultado da pesquisa

Os contadores consideram que o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED está concretizando aos poucos seus benefícios . Destaca-se que todos os escritórios pesquisados afirmam que o SPED concluirá com seus benefícios pretendidos com o passar do tempo.

4.2.1.1 Dificuldade de implantação

Quando questionados sobre a importância da implantação do SPED e suas maiores dificuldades, os comentários foram os seguintes, apresentados no quadro 03:

Quadro 03 – Quais as dificuldades encontradas na implantação do SPED?

Entrevistado	Comentários
- Araranguá - Criciúma B	Dificuldade para adaptação e pouca mão de obra capacitada.
- Criciúma A	Dificuldade na conscientização dos clientes.
- Santa Rosa do Sul - Nova Veneza	Alto custo para adequação do sistema.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Os entrevistados disseram que no início da implantação do SPED encontraram muitas dificuldades, as principais queixas foram: primeiramente, o custo para implantação e adequação dos sistemas, assim como falta de conhecimento sobre o programa e dificuldade em buscar informações sobre o devido funcionamento do sistema. Ainda os contadores relataram dificuldade com seus clientes, pelo fato de terem de se acostumar com novos métodos, como por exemplo: a Nota Fiscal Eletrônica.

4.2.1.2 Benefícios da implantação do SPED

A implantação do SPED deve trazer benefícios aos contadores, contribuintes e aos órgãos fiscalizadores, em relação a estes benefícios questionou-se os contadores sobre a uniformização das informações prestadas.

Quadro 04 – Quanto a uniformização das informações prestadas as diversas unidades federativas?

Entrevistado	Comentários
Araranguá Criciúma A Criciúma B	Melhorou, pois agora são encaminhadas as informações para um banco de dados e fica disponível a todas as unidades federativas.
Nova Veneza Santa Rosa do Sul	A informação estará no sistema, cabe ao órgão interessado buscar a informação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Todos os contadores entrevistados se dizem beneficiados com a uniformização da informação, vendo isso como um facilitador do processo. Quando questionados sobre a redução dos custos administrativos e das obrigações acessórias, os contadores entrevistados divergiram suas opiniões conforme o exposto no quadro 05:

Quadro 05 – Quanto a redução dos custos administrativos, operacionais e obrigações acessórias?

Entrevistado	Comentários
- Araranguá	Não foi possível ver diminuição nos custos administrativos.
- Criciúma A - Criciúma B - Nova Veneza	No começo aumentou os custos, por decorrência da implantação do sistema e necessitando de maior mão de obra, com o tempo diminuindo, principalmente se considerar a redução com impressão e armazenamento.
- Santa Rosa do Sul	Não houve ainda redução com as obrigações acessórias, mas o custo reduziu por ser digital.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Quanto à redução dos custos e das obrigações acessórias, vemos que os contadores tiveram certa dificuldade no começo, principalmente com os custos administrativos, por pouco conhecimento do novo sistema, o que obrigou os contadores a buscar mão de obra e até aumentar o horário de trabalho, gerando aumento nos custos. Em relação às obrigações acessórias os contadores entendem que ainda não se efetivou a simplificação dessas obrigações, mas que esperam a redução destes custos quando começarem a ser extintas algumas obrigações ao longo do tempo. Visualizando em curto prazo, há um aumento nos custos em relação à aquisição de novas máquinas de informática, em contrapartida trouxe redução nos custos com papel e armazenamento, conforme indica os comentários expostos no quadro 06:

Quadro 06 – Quanto à redução dos custos com impressão e armazenamento?

Entrevistado	Comentários
- Nova Veneza	Aos poucos se elimina o costume do papel, com o uso do arquivo digital e Nota Fiscal Eletrônica.
- Criciúma B - Araranguá	O armazenamento sendo digital e não mais em arquivo morto, reduz gastos no armazenamento e espaço, além de facilitar para os contadores e para a fiscalização, isso também gera redução no custo com papel.
- Santa Rosa do Sul - Criciúma A	Reduziu, pois elimina a necessidade de impressão de livros mercantis, reduzindo assim o custo e desperdício de papel.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Um dos primeiros benefícios sentidos pela implantação do SPED foram a redução dos custos com papel e armazenamento, os fatores que contribuíram para isso ocorrer foi a substituição das notas em papel (modelo 1 / 1ª) pela Nota Fiscal Eletrônica, conjuntamente com a possibilidade de o arquivo ser feito de forma digital, pois além da economia do papel, se faz desnecessário o armazenamento físico das escriturações.

Por conta de o armazenamento passar a ser digital, gera um acesso mais simples as informações, em relação a isso, pergunta-se aos contadores entrevistados sobre os benefícios que para auditoria.

Quadro 07 – Quanto o aumento da produtividade da auditoria?

Entrevistado	Comentários
Todos os entrevistados	Com o acesso digital a informação, simplifica o trabalho de busca do auditor.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Acesso imediato às informações, esta é o facilitador do auditor após a implantação do SPED, com isso se ganha em tempo para trabalhar na auditoria, o que contribui para o aumento da produtividade, tendo em vista maior tempo para averiguação das informações. Além disso, a auditoria conta com ajuda de tecnologia para cruzar as informações, detectar possíveis erros e fornecer o embasamento necessário.

O trabalho do auditor também pode ajudar no aperfeiçoamento no combate a sonegação no País. Questionou-se aos contadores o que eles esperam do SPED para o combate às praticas fraudulentas. Conforme quadro 08:

Quadro 08 - Quanto ao combate à sonegação?

Entrevistado	Comentários
Santa Rosa do Sul	Com o sistema fazendo o cruzamento das informações será difícil para empresas burlar o sistema.
<ul style="list-style-type: none"> - Criciúma A - Criciúma B - Araranguá - Nova Veneza 	O SPED e as novas práticas contábeis digitais aumentam a veracidade das informações prestadas e diminui a possibilidade do contribuinte fazer a omissão de documentos fiscais e contábeis.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Com a implantação completa do SPED, também se estima que os processos de fiscalização e punição sejam mais eficazes, incluindo a utilização de multas severas para as empresas que ainda forem identificadas como fraudadoras ou mesmo quando houver uma tentativa de fraude.

Somando a isso o SPED traz maiores dificuldades para manipular as informações prestadas, como por exemplo, diminuir o faturamento ou emitir nota fiscal falsa. Isso acontece pela possibilidade do cruzamento das informações e também por ser uma fiscalização cada vez mais em tempo real.

Por conseguinte a estes fatores, foi questionado aos entrevistados se é possível uma redução no “Custo Brasil”, alcançando como retorno o exposto no quadro 09:

Quadro 09 – Quanto à redução do Custo Brasil?

Entrevistado	Comentários
- Criciúma B - Santa Rosa do Sul	Reduzindo a sonegação voluntária ou involuntária reduzirá o Custo Brasil.
- Criciúma A	É possível, reduzindo a burocracia e as práticas de sonegação.
- Araranguá - Nova Veneza	A simplificação dos procedimentos tributários e fiscais, e a facilidade maior do Auditor para acessar as informações, trará uma redução no Custo Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Reduzindo os fatores que comprometem a competitividade e a eficiência da indústria, e acabam encarecendo os investimentos no País, tais como a sonegação e a grande burocracia, tende então a reduzir o “Custo Brasil”, beneficiando as empresas e o fisco em um futuro próximo. Finalmente foi questionado aos entrevistados, o que esperam do SPED e seus benefícios para os próximos anos, exposto no quadro 10:

Quadro 10: Quanto ao futuro do SPED?

Entrevistado	Comentários
- Nova Veneza - Santa Rosa do Sul	Que alcance ainda mais os objetivos pretendidos, reduzindo custos e melhorando as informações.
- Criciúma A - Criciúma B - Araranguá	Redução maior dos custos com a chegada o e-social, em contrapartida dificuldades para adaptação com o mesmo.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para finalizar foi questionado aos respondentes, o que esperam em relação ao futuro do SPED. Obteve-se como resposta que acreditam que os benefícios sejam alcançados, que os empresários se integrem cada vez mais com o

fisco, podendo assim reduzir ainda mais os custos e agilizar as informações trocadas entre contribuintes e órgãos fiscalizadores. Ainda citam a chegada do e-social e esperam encontrar dificuldades para adaptação com as empresas em relação ao novo subprojeto.

4.3 ANÁLISE DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva saber o que os profissionais contábeis da região sul de Santa Catarina pensam sobre os benefícios com a implantação do SPED.

Como análise dessa pesquisa, pode-se observar que de modo geral, os contadores entrevistados, veem como positivo os benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital.

Inicialmente os contadores tiveram certo receio com a implantação do SPED, conseqüentemente aos poucos foram se adaptando ao novo sistema e usufruindo dos benefícios.

Dentre os benefícios mais comentados pelos contadores, estão a redução do custo com papel e armazenamento, devido ao uso da Nota Fiscal Eletrônica e pelo fato do armazenamento ser feito de forma digital, o que também facilita o acesso a informação.

Os entrevistados também citam a necessidade de uma redução maior das obrigações acessórias, desburocratizando processos e facilitando os entendimentos dos empresários. Contudo consideram como válido o que já foi conquistado em relação a facilitação de processos e informações.

Por fim, os respondentes acreditam que todos os benefícios serão alcançados com o tempo, embora prevejam dificuldades para implantação do novo subprojeto, e-social, principalmente com relação as informações que devem ser prestadas pela empresa, citando a dificuldade dos empresários em aderir uma nova regra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal apontar os impactos com a implantação do Sistema Público de Escrituração - SPED com ênfase nos benefícios causados dentro dos objetivos propostos pelo fisco. Definiu-se o tema pela necessidade de saber a visão dos contadores sobre os benefícios deste projeto.

O objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foram evidenciados os benefícios e colhida à visão dos prestadores de serviços contábeis, confirmando os fundamentos apresentados na teoria, confrontando o que o fisco pretendia e o que os contadores já percebem como realizado. A opinião dos contadores é de fundamental importância, pois, muitas vezes, são eles que são os únicos detentores e entendedores das informações sobre os resultados das entidades, principalmente em empresas de menores portes. Contudo, vale ressaltar que a opinião desses profissionais talvez não seja a mesma dos demais profissionais da área, embora de maneira geral não deva se colher opiniões muito diversas em outras regiões.

O SPED é um projeto que necessita de tempo para ser compreendido em sua essência pelos profissionais da contabilidade e principalmente pelas sociedades empresárias, tendo em vista que há grandes vantagens na implantação deste projeto, que atinge a todos os cidadãos. O SPED apresenta benefícios que vão desde medidas socioambientais quanto à tentativa de combater a sonegação e à informalidade.

Conforme descrito no tema da pesquisa, efetuou-se entrevista com os contadores da região sul de Santa Catarina, com o intuito de saber a visão dos empresários contábeis em relação aos benefícios na implantação do SPED.

Foi possível perceber que uma das principais dificuldades que uma empresa enfrenta ao implantar o SPED, na visão dos profissionais da área contábil, é que os empresários ainda não se conscientizaram totalmente das mudanças que o governo está implantando e os benefícios a serem colhidos. Entretanto, aos poucos as empresas e contadores vão se adaptando ao projeto e reconhecendo os benefícios.

Os contadores se queixaram dos custos com aquisição de novos computadores para os pontos de recebimento de notas; local para a instalação de equipamentos para o armazenamento dos dados eletrônicos, servidores com maior

capacidade de processamento e armazenamento, estes só ligados a infra-estrutura física, além dos investimentos feitos em mão-de-obra qualificada com conhecimento sólido em SPED.

Entretanto, observa-se que outros tantos benefícios foram gerados, como redução do custo com despesa do papel e de armazenamento. Também a agilização das informações, agora em tempo real, o que facilita o trabalho do auditor, além de dificultar práticas ilícitas, como tentativas de sonegação. O que tem de ser observado é que o fisco busca uma melhora em longo prazo, além de mudar o hábito dos empresários e contadores. Contudo, também cabe enfatizar que toda grande mudança causará estranhamento e desconfiança, ainda mais quando se refere de fiscalização sobre as sociedades empresárias, o que por um lado dificulta o diálogo entre os contadores e os empresários.

Com o intuito de demonstrar a profissionais, acadêmicos e empresários os benefícios provenientes da implantação do SPED e também a visão dos contadores sobre estes benefícios, elaborou-se o presente trabalho. Enfim, ressalta-se a importância deste estudo no meio acadêmico, principalmente para o Curso de Ciências Contábeis, visto que o assunto é recente e ainda há muito para ser explorado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, O.R. & MARIANO, P.A. **SPED: Sistema público de Escrituração Digital**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2010.

BOAL, Luiz; JUSKOW, Sergio. **Os impactos da NF-e e do SPED para o Contabilista**. Apostila PROJETO EDUCACAO CONTINUADA – CRC. Maio 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DUARTE, Roberto Dias. **O Brasil na era do conhecimento – Como o certificado digital, SPED e Nfe estão transformando a gestão empresarial**. 3º Edição. São Paulo: Editora Cafelaranja Comunicação, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5ª Edição. São Paulo. Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUGO, Márcia Regina; MARANGONI, Ivete do Nascimento. **O conhecimento científico na contabilidade aplicada e seus reflexos na valorização do profissional contábil**. CIENCON: Revista de Ciências Contábeis.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e legislação aduaneira**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007.

MOMM, Luiz Cláudio. **Projeto Educação Continuada: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e as últimas alterações na Legislação**. Florianópolis, 2008.

NASCIMENTO, Geuma C. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas**. Editora Trevisan, 2013.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento Publico administração financeira e orçamentária. Lei da Responsabilidade Fiscal**. 3º Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>. Acesso em 18 de Outubro de 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em 07 de Agosto de 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.** Disponível em: <<http://1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/default.htm>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Luca Pacioli - Um mestre do Renascimento.** 2. ed. São Paulo: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004. 195 p. SÁ, Antonio Lopes. **Pré História Contábil Brasileira.** Disponível em: <www.lopesdesa.com.br> Acesso em: 15 setembro. 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de Contabilidade.** 8º Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

YOUNG, L.H.B. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.** Curitiba: Juruá, 2009.